



SEQUENCIALIDADE: POR UMA ECOLOGIA DO TEXTO¹

Jacob L. Mey (University of Southern Denmark – Professor Emérito)

Abstract: *An ecological view of text production and consumption involves placing the text in a total world context. Context should not be seen as a static collocation of features or parameters; rather, it is a constantly evolving conglomerate of ever-changing conditions, both human and worldly. In particular, a context is never fixed in time; and the way we act in a context involves a constant adjustment of our activities, both verbal and nonverbal.*

This point of view has consequences for our understanding of both world and text: what I call ‘sequentiality’ is therefore a main constituent of our ecological text activities and a necessary precondition for our understanding and handling of a text, either written or spoken. Moreover, this way of conceptualizing and realizing context has not only theoretical importance: I will also try to show that applying this line of thought to ordinary human conversational interaction may have fruitful effects, and in particular enables us to do away with a mechanistic interpretation and analysis of conversation as it is currently practiced in CA and related enterprises.

Key-words: Text; dynamicity; spatiotemporality; sequentiality; ecology.

Resumo: Uma visão ecológica da produção e consumo de texto requer colocar o texto em um contexto específico. O contexto não deve ser encarado como um ajuntamento estático de traços ou parâmetros; pelo contrário, ele é um conglomerado de condições em constantemente evolução e transformação, tanto no nível humano quanto no nível não humano. Em especial, o contexto

nunca é algo fixo no tempo. O modo pelo qual agimos em um contexto envolve ajustes constantes de nossas atividades, verbais e não verbais. Esse ponto de vista tem consequências para nosso entendimento do mundo e do texto: o que chamo ‘sequencialidade’ é, portanto, um constituinte importante de nossas atividades textuais ecológicas e uma pré-condição para o entendimento e manuseio de um texto, escrito ou falado. O que é mais, esse modo de conceituar e pôr em prática o contexto tem importância não apenas teórica: eu vou mostrar também que aplicando essa linha de pensamento à interação conversacional humana ordinária pode ter efeitos frutíferos e, em particular, pode nos possibilitar a dispensa de interpretação mecanística de conversação, como ela é praticada atualmente na análise da conversação e em empreitadas similares.

Palavras-chave: Texto; dinamicidade; espatiotemporalidade; sequencialidade; ecologia.

1. Introdução: Um ato de fala em processo de desaparecimento

Por que perguntamos às pessoas se são capazes de abrir a janela quando na realidade simplesmente desejamos que elas a abram? Por que desejamos saber se um transeunte é capaz de nos dizer a hora do dia, sendo que na verdade simplesmente desejamos saber que horas são?

O problema aqui é de caráter geral: ele tem a ver com uma crença muito comum, mas falsa, de que sempre deveríamos nos expressar em termos que correspondam a algum tipo de realidade externa, algum fato, visto como um evento ou atividade isolada. ‘Fechar uma janela’ é uma dessas ações. Nosso pedido deve ter a ver com isso, e nada mais, algo como quando a bíblia adverte que nosso ‘Sim’ deve ser ‘Sim’ e nosso ‘Não’ um não – independentemente do fato de que em muitas culturas um ‘Não’ não é aceito como resposta, e um ‘Sim’ apenas indica que nossos ouvintes entenderam o que acabamos de dizer, não que eles concordam com nossa proposta ou opinião (pensemos na fórmula afirmativa japonesa *hai*). Ou, como diz um sucesso musical alemão, “muito ‘Não’ significa ‘Talvez’” (*Manches ‘nein’ heisst ‘vielleicht’*). A consequência óbvia em tais casos é que ‘Não’ simplesmente significa ‘Não para o aqui e agora’, não uma rejeição para sempre. Em minha posição de organizador de uma grande publicação científica, frequentemente tenho tido que confortar pobres autores excluídos, cujos manuscritos

¹ Traduzido do inglês por Hildo Honório do Couto.

foram rejeitados, assinalando que a rejeição foi apenas para a presente versão do artigo; eles seriam bem-vindos com uma nova versão, sem nenhum tipo de preconceito.

O problema com os atos de fala indiretos que mencionei em outro lugar pode ser formulado sucintamente da seguinte maneira: Por que as pessoas usam um ato de fala indireto quando o ato direto representa menos esforço? Além disso, por que tantos teóricos de atos de fala e outros linguistas ainda acham que a forma ‘canônica’ de um ato de fala ainda é a preferível, ou até mesmo a melhor ou bem sucedida? O verbo ‘prometer’ deve expressar sempre o ato de prometer e, ao contrário, deveriam as promessas ser formuladas preferivelmente em torno do real verbo canônico ‘prometer’?

A resposta correta para essas indagações (e, conseqüentemente, a solução do problema do ato de fala indireto) encontra-se na batida e ainda fundamentalmente subdesenvolvida noção de *contexto*. O contexto não deve ser considerado uma unidade de espaço e/ou tempo estática; pelo contrário, por seu caráter dinâmico ele compreende tanto tempo quanto espaço em todas as direções e dimensões. No que concerne ao tempo, eu gostaria de introduzir a ideia de ‘sequencialidade’ (sobre a qual pode-se ler mais abaixo, na seção 3 e seguintes). Quanto ao espaço, eu me refiro ao recente trabalho de Yueguo Gu ‘discurso telúrico situado’ – *land-born situated discourse*, LBSD – (GU, 2010), que discutirei na seção 5.

2. Atos de fala, pragmática e o eixo espaço/tempo

Começando pelo que chamei de ‘paradoxo do ato de fala indireto’ (o fato de que as pessoas usam obliquidade na maioria de suas falas, preferindo um ato mais complicado a outro simples, canônico), eu mostro que a ideia original de um ato de fala está inextricavelmente ligada à noção original da díade falante-ouvinte, em que uma ‘cabeça falante’ formula uma intenção a ser captada e ‘decodificada’ pelo outro com base no material linguístico apresentado.

A teoria dos atos pragmáticos (MEY, 2001, p. 206ss.) foi desenvolvida para captar um elemento essencial da teoria dos atos de fala que tem sido ignorada na maioria dos estudos.

Aí se põe a seguinte questão: O que as palavras significam quando usadas por um falante na presença de um ouvinte, e como o ouvinte as interpreta? Por outro lado, a pergunta que eu tenho sugerido que deveria ser feita é: Em uma situação de falar, ouvir e atuar, que palavras serão as mais apropriadas? Minha noção de ato pragmático (ou ‘ato de fala situado’) capta o que os usuários e a situação oferecem e procura incorporar essas restrições situacionais em relação ao

ECO-REBEL

enunciado admissível e efetivo. Nesse caso, o movimento da análise é de fora para dentro, em vez de ser de dentro para fora, como no caso dos atos de fala 'clássicos' descritos acima.

Se a teoria dos atos de fala pragmáticos identifica uma flagrante omissão da teoria dos atos de fala tradicional, ou seja, seu desprezo pela situação como determinante tanto da disponibilidade quanto das restrições sobre nossos atos, ela não especifica explicitamente as condições da situação. Mais especificamente, a teoria dos 'atos pragmáticos' (MEY, 2001, cap. 8) enfatiza mais o aspecto *espacial* da situação (quem está presente, o que oferece, quais são as restrições impostas por essa constelação, quais são as condições sociais e outras de locação e assim por diante), sendo que eu não dou muita atenção ao outro, o aspecto *temporal* da 'incorporação', motivo pelo qual os atos de fala devem submeter-se a um processo no tempo a fim de tornar-se inteiramente válido. Esplico-me.

Historicamente, nossa fala sofre mudanças significativas, tanto na forma quanto no conteúdo: isso se aplica ao falar também. Qualquer ato de fala concreto poderá sofrer mudanças (pense no modo como as guerras têm sido declaradas por séculos a fio: de declarações reais ou presidenciais, como no caso da Grande Guerra e da I Guerra Mundial, ao subterfúgio de simplesmente 'enviar marinheiros' e fingir que "não se trata propriamente de guerra", ao passo que "enviar mais cinquenta mil", como disse o cantor popular Tom Paxton em uma de suas famosas baladas dos anos da Guerra do Vietnam ("Lyndon Johnson disse à nação/Não temam uma escalada/ Eu estou simplesmente tentando agradar a todos/Embora não seja propriamente uma guerra/Eu estou enviando mais cinquenta mil/Para ajudar a salvar o Vietnam dos vietnameses").

Em geral nossos atos são praticados e avaliados diferentemente de acordo com a evolução do tempo. Até os mais horríveis atos criminosos estão sujeitos a limitações, um processo de 'superanuação', pelo qual um ato particular é 'descomissionado' por assim dizer: ele perde sua virulência própria quando visto em uma perspectiva temporal, de modo que quem o perpetra não pode mais ser processado após um certo número de anos¹. Um caso particularmente interessante é a definição legal de "estupro estatutário".

Atos de natureza sexual envolvendo menores é definido na maioria dos países como 'estupro', isto é, ato sexual forçado, fisicamente ou verbalmente. A diferença nas legislações se concentra mais na idade das pessoas envolvidas. Um estupro é considerado 'estatutário' nos Estados Unidos se, por exemplo, a pessoa que foi agredida sexualmente está em idade inferior a 16 em

ECO-REBEL

um estado como Massachusetts ou Flórida, ao passo que o Distrito de Colúmbia impõe um limite mais estrito, ou seja, 17 anos. Uns poucos anos atrás, essa diferença se tornou claramente visível quando um representante americano (Mark Foley, R-FL) foi acusado de ter assediado um jovem ajudante da Casa Branca que era menor de idade no momento do alegado crime. O congressista se defendeu dizendo que em seu estado natal, Flórida, a esse caso não se aplicariam as sanções legais válidas no Distrito de Colúmbia (onde o Congresso dos EUA está localizado), devido à diferença de idades.

Deixando de lado o cipoal legal da defesa e as medidas tomadas pelos advogados do requerente, bem como o resultado do caso (o representante Foley renunciou a seu assento na Casa "em desgraça", como publicado pelos jornais em 29 de setembro de 2006), eu gostaria de me concentrar no aspecto *temporal* do alegado ato sexual. Se o representante Foley tivesse simplesmente esperado alguns meses antes de enviar seu notório *email* 'superamigável' ao jovem homem em questão, não teria havido nenhuma ofensa. Devido ao decorrer do tempo, o ato teria simplesmente perdido o caráter de transgressão. Por isso é tão importante determinar exatamente o momento em que um crime foi cometido ou uma prisão foi feita: tanto a polícia quanto o judiciário sabem que a dimensão temporal exerce uma ação poderosamente decisiva na avaliação e interpretação de alguns atos como criminosos.

3. Atos pragmáticos e sequencialidade

Até em fatos não criminosos, um 'estado de limitação' se aplica, mesmo que diferentemente em contextos diferentes. Acima eu me referi ao 'problema do ato de fala indireto': Como pode ser que na maioria das vezes nossos atos de fala se dão em expressões verbais que têm muito pouco a ver com suas interpretações literais, mas, ao contrário, têm muito a ver com suas interpretações convencionais, como expressões idiomáticas ou pelo uso de algumas regras de inferência (LEVINSON, 1983, p. 268-272; 2000, p. 16)? A resposta é que, em consonância com o que eu disse acima, os assim chamados atos de fala 'indiretos' derivam sua força não propriamente da intenção do falante nem das palavras efetivamente proferidas, mas antes da *situação* em que foram adequadamente usadas.

Generalizando essa ideia, podemos dizer que os atos de fala precisam ser *situados* a fim de ter validade. Assim, os atos de fala situados se aproximam bastante da famosa noção de *evento de fala* de Dell Hymes, como ela é usada na etnografia e na antropologia (ver, por ex., BAUMAN;

ECO-REBEL

SHERZER, 1974). Neste caso, a fala é vista como girando em torno de uma atividade social institucionalizada de alguma forma, como é o caso do ensino, da visita ao consultório do médico, da participação em uma cerimônia de chá japonesa e assim por diante. Nessas circunstâncias, alguns enunciados são esperados, e serão aceitáveis, outros serão inconvenientes. Por outro lado, ao aceitar os enunciados próprios e dos outros, os participantes na situação estabelecem e reafirmam a própria situação em que os enunciados são proferidos, bem como a si próprios como falantes cuja fala ao mesmo tempo se baseia na situação social e a cria.

Neste caso, a ênfase não está mais na descrição dos atos de fala (como era para Searle e seguidores). O que o evento de fala produz é compreensível em termos da língua usada; o contrário também, os atos de fala individuais só têm sentido no evento. Esta concepção está ganhando apoio entre antropólogos e linguistas. Por exemplo, o antropólogo dos Estados Unidos Bill Hanks assevera que "o sentido surge da interação entre a língua e as circunstâncias, em vez de estar encapsulado na própria língua" (HANKS, 1996, p. 266), ou seja, codificado em unidades semânticas e administrada mediante regras sintáticas².

Essa "concepção radicalmente pragmática" (para usar uma expressão de LEVINSON, 1995) tem a ver com o problema do ato de fala indireto mediante uma mudança de foco de atenção das *palavras* que são ditas para as atividades que são praticadas. O caráter 'indireto' do ato de falar advém de modo natural *da* situação. Aos mesmo tempo, os atos de fala dependem *da* situação para sua interpretação correta. Nenhum ato de fala, por si só, faz algum sentido; não existem, estritamente falando, 'coisas' como atos de fala em si mesmos, mas apenas atos de fala *situados*, ou atos *pragmáticos*.

Consequentemente, é um erro acreditar (como fazem muitos filósofos, e linguistas ainda acreditam) que podemos explicar nosso 'uso de palavras' identificando atos de fala como contendo propriedades bem definidas (tais como intenção, ou força ilocucionária), a ser atribuídas estritamente de acordo com critérios filosóficos e linguísticos (semânticos, sintáticos e, talvez, fonológicos). Isso implica adicionalmente que todos os esforços despendidos na tentativa de romper com essa camisa de força linguística e filosófica ao fim e ao cabo será frustrada, uma vez que nenhuma teoria da linguagem ou da mente conseguirá, sozinha, explicar as atividades do usuário da linguagem humana em *situação* concreta. Essa situação não depende exclusivamente nem da mente do usuário nem da língua usada, já que ela não pode ser expressa em termos que devem operar no interior do mental ou do linguístico, nem descrevê-lo.

ECO-REBEL

Contrariamente a isso, uma abordagem pragmática ao agir linguístico levantará sempre, como sua tarefa primeira e mais importante, a questão das *possibilidades do usuário* (ou 'utilidades' [*affordances*], para usar um termo devido ao psicólogo americano James J. Gibson) em qualquer situação dada. Como eu disse acima, a teoria dos atos pragmáticos não explica o uso linguístico *de dentro para fora*, isto é, de palavras que têm sua origem em um falante soberano e vão para um igualmente soberano ouvinte (que, então, pode tornar-se falante soberano, e assim por diante). Ao contrário, seu movimento explanatório vai *de fora para dentro*: o foco está no meio em que tanto falante quanto ouvinte encontram suas 'utilidades' (*affordances*), de modo que toda a ecologia importa no que pode ser dito na situação, assim como no que está sendo dito.

O que é mais, a situação não deve ser vista como já dada, uma e única coleção de 'utilidades', mas como um processo continuamente interacional e em transformação, no qual falantes e ouvintes, como interactantes, participam em pé de igualdade no processo de fazer-sentido, de coconstruir a interpretação da situação e dos enunciados nela intervenientes (cf. MEY, 2001, p. 221). Uma vez que o resultado das atividades dependem crucialmente do modo pelo qual a interação é tratada no tempo e no espaço, a noção de 'sequencialidade' (implicando uma visão dinâmica da troca, não uma visão estática, 'olho por olho, dente por dente' dos enunciados enviados e recebidos), eu sugiro encarar a troca como dominada pela *sequencialidade* espaço-temporal do contexto, de molde a ligar nossa consciência às possibilidades e às condições temporais que envolvem os enunciados em qualquer interação (cf. ARUNDALE; GOOD, 2002, para o 'Princípio da Interpretação sequencial'; ver também ARUNDALE, 2005).

4. Por que a dimensão espaço/tempo é importante?

As dimensões de espaço e tempo são importantes não apenas como parâmetros definitórios para um ato pragmático específico; eles constituem o próprio arcabouço no seio do qual atos pragmáticos podem ser efetivados. No caso, não é suficiente levar em consideração o local e o tempo que envolvem um ato particular; precisamos levar em conta que a sequencialidade e a localização fazem parte da interação dos participantes. Dito de modo bastante simples, eu não posso executar um ato de fala sem fala e algum tipo de recepção; se não abro minha boca, ou não sou ouvido, não haverá nenhuma interação. Em tudo isso, a intenção do falante não é o único critério pelo qual atos de fala devem ser julgados (*data venia* Austin e Searle e sua teoria de 'ponto ilocucionário', baseado basicamente na intenção do falante). O falante, o(s) receptor(es),

ECO-REBEL

o(s) circuntante(s) e sua interpretação do ato, vinculada ao espaço/tempo, são todos importantes; mais, eles são indispensáveis para a eficácia do ato na situação dada.

Vejamos o exemplo seguinte, adaptado de Haugh (2007: 95):

(Uma mãe e sua filha estão andando na direção da estação de trem em Tóquio)

Mãe: *mama hankachi mottekita to omottanda kedo*

[mãe (= "eu") trazer lenço-vir-passado QUOT pensamento mas ...]

('Eu pensei que eu tinha trazido um lenço mas ...')

[Filha passa seu lenço à mãe]

Mãe: *A', domo*

('Ó, obridada').

Tomada isoladamente, a observação da mãe poderia ser interpretada, como uma expressão verbal de estado de coisas inteiramente neutra ('constatativa') ou, como Haugh sugere, "fazer uma observação mental para não esquecer da próxima vez ou para expressar frustração por ter esquecido e assim por diante" (HAUGH, 2007: 95). No entanto, a seqüela da conversação mostra que a filha 'capta' a insinuação de sua mãe e apresenta um lenço. Em outras palavras, o enunciado da mãe é agora classificado retrospectivamente como uma solicitação. Note-se que, sem as dimensões temporal e espacial desse diálogo, a solicitação não se teria materializado.

Como vimos antes, a noção de 'ato de fala indireto' é insuficiente para explicar casos como os que foram citados acima: um apenas descreve o fato de que algo é dito, enquanto se pretende algo diferente (a ilocução 'primária' e a 'secundária' de SEARLE 1975: 72; cf. MEY 2001: 113). No entanto, como e quando isso acontece não é explicado. A teoria dos atos pragmáticos, ao contrário, enfatiza o fato de que, na verdade, não há atos de fala como tais, mas apenas atos de fala proferidos em uma situação particular. Esses atos de fala situados são dependentes da 'história' do ato para sua interpretação, isto é, não apenas do que vem *antes*, mas também, e o mais importante, do que vem *depois* (em uma apreciação 'retrospectiva'). No entanto, sem um participante interlocucional não há 'depois': por isso, todo ato de fala é dependente da interpretação do ouvinte, talvez expressa em uma troca renovada com o emissor original, como no exemplo seguinte (adaptado de HAUGH 2007: 86):

[Um visitante do museu Edo-Tóquio está sentado em um banco, começando a abrir a embalagem de algo de comer. Ao ver isso, o funcionário do museu se aproxima do visitante e diz:

(Funcionário): *Mooshiwake gozaimasen ... mooshiwake gozaimasen...*

ECO-REBEL

('Eu' sinto muito Eu sinto muito ...')

(Visitante): A, ikenai?

(Oh, não é permitido?)

(Funcionário): *Mooshiwake gozaimasen ...*

Observe-se que a expressão *Mooshiwake gozaimasen* ('Eu sinto muito') não tem nada a ver com a real situação como tal. Ela é um modo de dizer 'Desculpe' bem genérico e superpolido. Não se faz menção de regras, proibições, propriedade, comida & bebida. Não se faz menção de autoridade, comportamento de visitante, sanções e assemelhados. No entanto, esse 'ato de fala indireto' de admoestar/lembrar/proibir e assim por diante é imediatamente compreendido pelo visitante, que interpreta o enunciado de 'desculpa' como um ato de fala indireto de 'não permitido'.

5. Sequencialidade e 'discurso localmente situado' (DLS).

Situar atos de fala situados no tempo e no espaço e renomeá-los como 'atos pragmáticos' seria um gesto vago se não seguido por uma indicação do que isso significa na prática. Como atividade humana, a fala se dá no espaço e no tempo; os atos pragmáticos incorporam algo desse caráter espaço-temporal mediante um relaxamento das restrições à 'canonicidade' e a subversão da orientação só-falante. No entanto, como já assinaléi antes, os atos pragmáticos têm que ser concretizados no tempo e no espaço; nesse caso, eu me concentrarei no contexto temporal, que é tão importante para que o ato se torne válido (não simplesmente entendido).

O linguista chinês Yueguo Gu tem defendido exatamente essa ideia em numerosos trabalhos. De acordo com ele, a noção austiniana de 'contexto total' (de que eu também me utilizei; ver Mey 2001) não é estática, fixada para cada e todo ato de fala. Pelo contrário, ela é considerada dinâmica no sentido de que 'evolui ao longo do tempo' mediante o que eu sugiro que se chame 'sequencialidade' de nossas atividades, executadas nesse contexto espaço-temporal. Gu vai além, dizendo que o 'contexto total' não é apenas mais do que qualquer contexto anterior, que abrange tempo e espaço, ele é o "útero da língua" (GU, 2010, p. 96): é dele que nasce todas as nossas atividades linguísticas. Como ele diz (usando sua própria terminologia de 'discurso localmente situado' (DLS): "a língua é uma propriedade emergente [: ela é] produzida e reproduzida, primordialmente por *tipos de atividades* ou DLS" (GU, 2010, p. 96; ênfase minha).

Nessa citação, bem como em outras passagens deste artigo, Gu resenha a noção levinsoniana de 'tipo de atividade' -- conceito que Levinson havia lançado já em 1979, mas havia deixado inédito por muitos anos, tendo-o republicado a propósito de outros assuntos (LEVINSON, 1996; note-se

ECO-REBEL

que nesse seu tratado clássico de 1983, *Pragmatics*, não se faz a mínima menção do conceito). No entanto, o 'tipo de atividade' de Levinson ainda é estático e não leva em consideração os aspectos importantes de tempo e espaço, bem como não dá atenção ao usuário da língua que põe em ação a atividade considerada como um tipo, como nota Gu.

Contrariamente a isso, devemos considerar a 'situação total' a partir da qual o tipo de atividade toma sua feição particular, ao mesmo tempo (co)criando a própria situação em que ele ocorre. Na cena do museu mencionada acima, o funcionário e o visitante colaboram com isso (tipo de atividade: reforçando os regulamentos do museu) e é mediante essa atividade que as regras são mantidas e reforçadas -- mesmo tratando-se de uma perspectiva estática, as regras estão sempre lá, e sua reafirmação se dá em uma prática interativa caso a caso. Aqui, como em outras situações, a letra da lei é morta, a não ser que os sujeitos a adotem em suas atividades, criando assim o próprio 'contexto total' em que a lei opera de fato, criando de fato a própria lei. Além disso, esse conceito de contexto 'sequencial' ecologicamente embasado e as atividades que lhe são inerentes abre o caminho para uma melhor compreensão de muitas atividades humanas. Na próxima seção eu mostrarei sua importância prática no entendimento da conversação.

6. Sequencialidade e conversação

Com o objetivo de exemplificar meu ponto de vista, vou dar uma olhada a um trecho de um diálogo de uma novela de Peter Mayle. A situação envolve um jovem fotógrafo chamado André, que está hospedado no mesmo hotel que Camilla no sul da França. Ela é a editora de uma revista de moda para a qual ele é um repórter *free-lance*. Camilla acaba de chegar de Nova Iorque pelo Concorde e está cheia de energia, com muitos planos para os dias que estão pela frente. André está visivelmente cansado, depois de um dia de um árduo trabalho preparatório. Após o jantar, eles encetaram a seguinte conversação:

"Você está apagando, meu amor", disse Camilla, no momento que a conta foi colocada na mesa. "Você quer ir para a cama?" O garçom, cujo inglês dava para o gasto, elevou as sobrancelhas e pressionou os lábios. André olhou para ela. Ela olhou de volta, com um meio sorriso que não chegou aos próprios olhos. Ele teve um sentimento desconfortável de que um convite estava sendo feito..... "Eu não tenho tido uma oferta como esta durante semanas". E com isso ele deu uma gargalhada, e o momento passou. "Mais um café?" Camilla jogou o guardanapo sobre a

mesa e se levantou. "Oito horas amanhã. No *hall* do hotel". André ficou observando ela deixar o restaurante, uma recusa feminina (MAYLE, 1997, p. 34-35).

A pergunta de Camilla, "Você quer ir para a cama", evidentemente pode ser interpretada de várias formas: ela poderia estar perguntando sobre o estado físico de André a fim de se certificar de que ele está pronto para a tarefa que têm pela frente; ou, alternativamente, a pergunta poderia conter conotações sexuais. No que tange à primeira alternativa, André (o fotógrafo com quem Camilla deverá trabalhar em um importante projeto) pareceu um tanto distante durante o jantar, donde a pergunta sobre se estava cansado e querendo ir para a cama se mostra inteiramente apropriada. A outra alternativa, que possivelmente contém uma conotação sexual por parte de Camilla ('vem pra cama comigo') está mais em sintonia com as expectativas de um homem francês. No entanto, André desvia a atenção mudando de assunto e indiretamente recusando a oferta implícita ("mais um café?").

É claro que a ambiguidade da pergunta de Camilla só pode ser resolvida se inserida no contexto. Quando se vê a só de novo, André reflete sobre a situação e suas possíveis consequências. Seu "sentimento desconfortável de que um convite fora feito" fá-lo pensar se recusou os favores de sua patroa e, talvez, seu emprego. Mas, observe-se que o mais importante, na 'situação total' espaço-temporal, o que importa é a interpretação. Em minha concepção sequencial da atividade de fala, as palavras de Camilla não representavam um convite até que André o recusasse. Por outras palavras, o convite só veio à tona no espaço-empo sequencialmente. A evolução da conversa foi uma condição essencial para uma interpretação adequada, ecológica do contexto total do que Gu chama de 'discurso localmente situado' (DLS).

Nas palavras de Gu, "DLS se configura em termos de uma cadeia ecológica, isto é, um tipo de atividade dependente de outro para existir e se reproduzir" (GU, 2010, p. 87). Do mesmo modo, a teoria dos atos pragmáticos enfatiza a importância do contexto espaço-temporal dos usuários: seu discurso (leia-se: sua ação pela fala) precisa se ancorar ecológicamente, no espaço e no tempo, simplesmente para fazer sentido.

7. Observações finais

A visão ecológica da linguagem é essencialmente pragmática, do tipo que leva em consideração as necessidades e potencialidades dos usuários, além do modo de porem seus recursos linguísticos para funcionar.

ECO-REBEL

Eu espero ter mostrado que o ato pragmático, como o defini alhures, implica necessariamente um fator espacial e um fator temporal para sua realização. Esta visão complementa as concepções anteriores sobre condições e comportamento condicionado com respeito aos atos de fala. Ela preenche uma lacuna na teoria prévia de atos de fala, como eu os concebi em publicações anteriores. A noção de tipo de atividade, que antes era vista como um expediente classificatório para distinguir entre vários tipos de atos de fala em seus contextos ‘naturais’, tem sido posta de cabeça para baixo mediante a invocação da situação como o meio principal e condição vital para todas as nossas atividades de fala. Como digo em outro lugar, “atos de fala, a fim de ser eficazes, têm que ser situados (MEY, 2001, p. 219)”. As mesmas preocupações ecológicas perpassam pela produção de outros estudiosos, como é o caso de Yeguo Gu, cujo ‘discurso localmente situado’ lembra muito os meus ‘atos de fala situados (ou ‘atos pragmáticos’, MEY, *ibid.*). Outro estudioso que merece ser mencionado aqui é Istvan Kecskes, que desenvolveu uma teoria de ‘enunciados ligados à situação’, que também insiste na importância da situação para o entendimento e manejo de atividades de atos de fala. Ao fim e ao cabo, uma ecologia consciente do falar merece o melhor que pode conseguir, e o melhor é, como sempre, o que está em uníssono com a natureza. Uma ‘pragmática natural’ é aquela que observe as condições de nossa existência humana, os limites de nossas potencialidades no espaço e no tempo em cujo contexto exercemos nosso privilégio como usuários da língua, na medida em que respeitemos as restrições naturais que governam nossos usos. ‘Agir fora de contexto’ é tão inapropriado quanto citar fora de contexto. O contexto de uma situação determina nossos graus de liberdade no uso da língua, mas, por outro lado, nós só podemos ter essa liberdade respeitando as potencialidades do espaço/tempo que são dadas pela nossa natureza de animais sociais falantes.

Notas

*Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Ecolinguistics Symposium, Graz (Áustria), em 25 de outubro de 2010. Uma parte dele foi também publicada em FETZER, Anita; Elda WEIZMAN. Elda; BERLIN, Lawrence (orgs.). *The dynamics of political discourse: Forms and function of follow-ups*. Amsterdam: John Benjamins, p. 17-31. Outra parte foi publicada em uma *Festschrift* para um colega em Odense, Dinamarca, como publicação local. No entanto, o presente ensaio é um todo independente.

¹Em certos casos, a prática legal de limitar a responsabilidade a um lapso de tempo determinado pode ser praticada, como aconteceu na maioria dos casos dos crimes de guerra cometidos durante a II Guerra Mundial.

²Veja ENFIELD (1998) para uma esclarecedora discussão deste assunto.

Referências

- ARUNDALE, Robert B. 'Pragmatics, conversational implicature, and conversation'. In: Fitch, K. & Sanders, R. (eds.) *Handbook of Language and Social Interaction*. Mahwah, N.J.: Erlbaum, 2005, p. 41-63.
- _____; GOOD, Good. 'Boundaries and sequences in studying conversation'. In: FETZER, A.; MEIERKORD, C. (orgs). *Rethinking sequentiality: Linguistics meets Conversation Analysis*. Amsterdam & Philadelphia: Benjamins, 2002, p. 121-150.
- BAUMAN, Richard; SHERZER, Joel (orgs.). *Explorations in the ethnography of speaking*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- GU, Yueguo. The activity type as interface between language and parole, and between individual and society: An argument for trichotomy in pragmatics. *Pragmatics and Society* v. 1 n. 1, 2010, p. 74-101.
- GUMPERZ, John; LEVINSON, Stephen C. (orgs.). *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HAUGH, Michael. The constitution of politeness implicature in conversation. *Journal of Pragmatics* 39, 2007, p. 84-110.
- KECSKES, Istvan. A cognitive-pragmatic approach to situation-bound utterances. *Journal of Pragmatics* 32, 2000, p. 605-625.
- LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- _____. Interactional biases in human thinking. In: GOODY, Esther (org.). *Social intelligence in interaction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 221-260.
- _____. 2000. *Presumptive meanings*. Cambridge: MIT Press.
- MAYLE, Peter. *Chasing Cézanne*. New York: Vintage Books, 1997.
- MEY, Jacob L. *Pragmatics: An introduction*. Oxford & Malden: Blackwell Publishers, 2001 [1993]
- SEARLE, John R. 1975. Indirect Speech Acts. In: COLE, Peter; MORGAN, Jerry (orgs.). *Syntax and Semantics*, Vol. 3: *Speech Acts*, New York: Academic Press, 1975, p. 59-82.

Recebido: 25/01/2016.

Aceito: 20/07/2016.